

1/2013

JANEIRO ▪ MENSAL

ISSN 2182-6331

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

VERSÃO CONSOLIDADA



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira (versão consolidada)*

AUTOR: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2013

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de vidraça do Palácio do Governo Regional da Madeira (período Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal) © DROC, 2013

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Janeiro de 2013

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

◆ Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL.....	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	8
2.2. Receita	10
2.3. Despesa	12
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	17
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR.....	17
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	23
5. CONCEITOS APLICADOS	26
6. SIGLAS E ABREVIATURAS.....	27
7. ÍNDICE DE QUADROS.....	28

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* (PAEF-RAM), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA), Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço constitui o reporte relativo à execução do ano 2012, com os elementos disponíveis à data, contemplando, as operações realizadas no âmbito do prolongamento do ano económico.

◆ I. Síntese global

Em 2012, a Região Autónoma da Madeira cumpriu com o limite quantitativo definido pelo PAEF-RAM para o saldo orçamental em contabilidade pública.

Com efeito, o saldo da administração públi-

ca regional relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa foi de -95,4 milhões de euros, valor este inferior em 98,9 milhões de euros ao limite do Programa (-194,3 milhões de euros):

QUADRO A: Ano económico de 2012 - Metas do PAEF e execução do Saldo Global da APR
(milhões de euros)

	2012
1. Saldo em Contabilidade Pública (CP)	-254,7
2. Pagamento de dívidas de anos anteriores	411,4
3. Novos encargos assumidos e não pagos	252,1
4. Saldo em CP conceito programa (1+2-3)*	-95,4
5. Limite Programa	-194,3
6. Cumprimento (+)/Incumprimento (-)	98,9

* "Saldo resultante da conta da Região Autónoma da Madeira, em contabilidade pública, considerando o não aumento dos encargos assumidos e não pagos bem como o não pagamento de dívidas de anos anteriores."

O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional ascendeu a -254,7 milhões de euros. Excluindo o pagamento de despesas de anos anteriores, no valor de 411,4 milhões de euros, o saldo em contabilidade pública é positivo em 153,2 milhões de euros.

Globalmente, o saldo primário ascende a -189,9 milhões de euros. O saldo de capital apresenta-se negativo em 190,7 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 1.317,9 milhões de euros e a uma despesa primária de 1.253,0 milhões de euros.

QUADRO B: Ano económico de 2012 - Execução orçamental da Administração Pública Regional
€ milhões

Descrição	2012		
	Despesa Total	Despesa de anos anteriores	Despesa do ano
Receita Corrente	954,7	3,3	951,4
Despesa Corrente	1.018,7	223,7	795,0
Saldo Corrente	-64,0	-220,4	156,4
Receitas De Capital	108,4	0,1	108,3
Despesas De Capital	299,1	187,7	111,4
Receita Efetiva	1.063,1	3,4	1.059,7
Despesa Efetiva	1.317,9	411,4	906,5
Saldo Global	-254,7	-407,9	153,2
Despesa Corrente Primária	953,9	218,0	735,9
Saldo Corrente Primário	0,8	-215,1	216,0
Despesa Total Primária	1.253,0	406,1	846,9
Saldo Primario	-189,9	-402,7	212,8

Fonte: SRPF

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de janeiro a dezembro, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-dezembro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	894.373,7	374.631,1	32.031,5	954.715,2
Impostos diretos	256.622,1	1.257,4	0,0	257.879,5
Impostos indiretos	395.347,9	146,6	0,0	395.494,5
Contribuições de Segurança Social	5.333,6	0,0	0,0	5.333,6
Outras receitas correntes	237.070,1	373.227,1	32.031,5	296.007,6
Transferências correntes	201.852,4	363.410,7	856,8	219.798,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	200.147,3	3.204,5	68,8	203.420,5
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	345.867,1	454,0	0,0
Receita de capital	68.174,8	38.615,3	14.385,3	108.432,1
Venda de bens de investimento	146,9	2,9	0,0	149,8
Transferências capital	66.594,7	38.568,8	14.381,9	106.802,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	50.285,0	5.580,7	0,0	55.865,7
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	218,1	5.936,9	6.588,4	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	962.548,4	413.246,4	46.416,8	1.063.147,3
Despesa corrente	952.342,2	371.325,1	41.392,0	1.018.738,2
Consumo público	494.528,2	119.634,5	19.403,6	633.566,2
Despesas com o pessoal	303.727,4	29.113,8	9.017,8	341.859,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	190.800,7	90.520,7	10.385,8	291.707,2
Subsídios	14.153,8	8.300,1	0,0	22.454,0
Juros e outros encargos	43.331,7	6.753,0	14.764,5	64.849,2
Transferências correntes	400.328,6	236.637,4	7.223,9	297.868,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	7,8	382,6	0,0	390,4
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	346.321,1	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	248.826,5	39.079,8	23.964,4	299.127,4
Investimento	217.946,8	15.084,1	23.947,9	256.978,8
Transferências de capital	30.879,7	23.995,8	16,5	42.148,6
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	4.994,7	480,5	0,0	5.475,2
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	12.743,3	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	1.201.168,7	410.404,9	65.356,4	1.317.865,6
Saldo global	-238.620,3	2.841,5	-18.939,6	-254.718,3
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-57.968,6	3.306,1	-9.360,5	-64.023,0
Despesa corrente primária	909.010,5	364.572,0	26.627,5	953.889,0
Saldo corrente primário	-14.636,9	10.059,1	5.404,0	826,2
Saldo de capital	-180.651,7	-464,6	-9.579,1	-190.695,4
Despesa primária	1.157.837,1	403.651,8	50.591,9	1.253.016,4
Saldo primário	-195.288,6	9.594,6	-4.175,0	-189.869,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

◆ 2. Subsetor do Governo Regional

◆ 2.1. Síntese

O saldo global acumulado de 2012 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -238,6 milhões de euros, o que representa um agravamento de 253,8 milhões de euros face ao ano anterior. Esta circunstância decorre da trajetória descendente dos saldos corrente e de capital, para o que concorrem os aumentos inerentes aos pagamentos efetuados no âmbito da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira e o pagamento de dívida titularizada no valor de 150 milhões de euros, que se venceu em dezembro de 2012. Com efeito, considerando apenas os pagamentos relativos a despesas de 2012, o saldo apurado é positivo em 132,9 milhões de euros.

A variação homóloga resulta do comporta-

mento da receita efetiva, que variou -6,2%, a par da evolução da despesa efetiva (18,8%), a qual, foi condicionada no sentido descendente pela evolução da despesa com pessoal (-13,6%) e dos subsídios (-36,6%) e no sentido ascendente pelo comportamento das principais componentes com enquadramento nas despesas de capital, que determinaram um acréscimo de 113,4% em despesas desta natureza, justificado em larga medida pelo já referenciado pagamento de dívida titularizada em Dezembro de 2012. Do lado da receita, assinala-se a trajetória descendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de -8,2%. As receitas de capital registaram, por seu turno, um acréscimo de 30,7%, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a dezembro)		€ Milhares	
	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	974.308,4	894.373,7	-8,2
Receitas fiscais	666.690,0	651.970,0	-2,2
Impostos diretos	258.382,6	256.622,1	-0,7
Impostos indiretos	408.307,4	395.347,9	-3,2
Outras receitas correntes	307.618,4	242.403,7	-21,2
Receita de capital	52.158,4	68.174,8	30,7
Receita efetiva	1.026.466,8	962.548,4	-6,2
Despesa corrente	894.714,9	952.342,2	6,4
Despesas com o pessoal	351.539,4	303.727,4	-13,6
Aquisição de bens e serviços	101.317,0	170.924,1	68,7
Juros e outros encargos	36.289,3	43.331,7	19,4
Transferências correntes	364.514,7	400.328,6	9,8
Administrações Públicas	305.397,9	345.866,3	13,3
Outras	59.116,8	54.462,3	-7,9
Subsídios	22.312,1	14.153,8	-36,6
Outras despesas correntes	18.742,4	19.876,7	6,1
Despesa de capital	116.613,5	248.826,5	113,4
Investimento	91.357,9	217.946,8	138,6
Transferências de capital	25.255,6	30.879,7	22,3
Administrações Públicas	15.825,1	16.053,0	1,4
Outras	9.430,4	14.826,7	57,2
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	1.011.328,4	1.201.168,7	18,8
Saldo global	15.138,4	-238.620,3	-1.676,3
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	79.593,5	-57.968,6	-172,8
Saldo de capital	-64.455,1	-180.651,7	-180,3
Saldo primário	51.427,8	-195.288,6	-479,7
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	6.377,6	253.399,9	3.873,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo primário foi de -195,3 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 143,9 milhões de euros relativamente ao ano de 2011.
- ◆ Verifica-se uma quebra do saldo de capital, cristalizada numa variação homóloga de -116,2 milhões de euros.
- ◆ A receita efetiva diminuiu 6,2%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um acréscimo de 18,8%.
- ◆ A variação homóloga do défice, evidenciada pelo saldo global -238,6, materializa uma trajetória descendente da receita, a

par de um acréscimo da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva diminuiu 63,9 milhões de euros em 2012, a despesa efetiva progrediu 189,8 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do saldo global evidenciado no final de 2012, que se decompõe num saldo corrente de -58,0 milhões de euros e num saldo de capital de -180,7 milhões de euros.

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de dezembro do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (dezembro)

	€ Milhares		
	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	112.870,7	171.650,6	52,1
Receitas fiscais	89.071,6	103.668,5	16,4
Outras receitas correntes	23.799,1	67.982,1	185,7
Receita de capital	6.145,9	10.551,6	71,7
Receita efetiva	119.016,6	182.202,2	53,1
Despesa corrente	91.376,9	98.759,7	8,1
Despesas com o pessoal	30.371,1	26.978,1	-11,2
Aquisição de bens e serviços	14.887,7	11.185,1	-24,9
Juros e outros encargos	6.882,0	6.504,0	-5,5
Despesa de capital	2.194,7	200.250,3	9.024,2
Investimento	1.693,0	187.090,3	10.950,8
Transferências de capital	501,7	13.160,1	2.523,0
Outras despesas de capital		0,0	
Despesa efetiva	93.571,6	299.010,0	219,6
Saldo global	25.445,0	-116.807,8	-559,1
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	21.493,8	72.890,9	239,1
Saldo de capital	3.951,2	-189.698,7	4.901,0
Saldo primário	32.327,0	-110.303,8	441,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução orçamental relativa ao mês de dezembro expressa uma trajetória distinta da registada em termos acumulados para o conjunto de 2012, em virtude do comportamento da receita efetiva, que variou 53,1% em termos homólogos, em razão das variações positivas tanto da componente corrente (52,1%) como de capital (71,7%). Do lado da despesa, o crescimento verificado explica-se, fundamentalmente, pelo acréscimo acentuado na rúbrica associada à aquisição de

bens de capital, em virtude do pagamento, no mês em apreço, da dívida titularizada, que ascendeu a 150 milhões de euros. Por conseguinte, o saldo corrente apresenta-se superavitário em termos mensais, ao contrário do sucedido no acumulado do ano 2012 e as despesas de capital excederam as receitas da mesma natureza em 189,7 milhões de euros, em dezembro de 2012, em linha com o evidenciado em termos acumulados.

◆ 2.2. Receita

- ◆ A receita efetiva do Governo Regional diminuiu 6,2% em 2012, motivada pela redução da componente de receita corrente, designadamente por via da diminuição das receitas fiscais e das transferências correntes. Especificamente, a variação evidenciada nas transferências correntes (-20,9%) reflete a menor dotação orçamental no âmbito da Lei de Finanças Regionais e uma alteração de registo do valor referente à *Lei de Meios* (de transferência corrente para transferência de capital).
- ◆ Em 2012, a receita fiscal fixou-se em 652,0 milhões de euros, refletindo uma quebra de 2,2% face ao evidenciado no ano anterior. O desempenho da receita fiscal em 2012 cristaliza trajetórias descendentes tanto nos impostos diretos (-0,7%), como nos impostos indiretos (-3,2%). O escrutínio mais fino revela que a evolução dos impostos sobre os rendimentos das pessoas coletivas (-9,0%) constituiu o principal condicionante para a trajetória evidenciada ao nível dos impostos diretos, já que a fiscalidade

que incide sobre as pessoas singulares variou positivamente (2,4%). No que concerne à fiscalidade indireta, a quebra verificada em termos homólogos encontra na diminuição da arrecadação de receita proveniente do ISP (-8,2%), do ISV (-54,7%) e, fundamentalmente, do IVA (-3,8%). Em 2012, cobraram-se menos 14,7 milhões de euros, em sede de receitas fiscais, do que em 2011.

A evolução dos impostos diretos de 2011 para 2012 ficou a dever-se a:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – regista-se um aumento face ao ano de 2011, que ascende a 2,4%;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de -9,0% relativamente a 2011.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se uma diminuição de 3,8% na

receita acumulada face ao ano de 2011. Esta evolução deriva do facto da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas, não ter sido ainda alterada, pelo que mantém os acertos devidos por desvios entre os valores estimados e os valores efetivos do ano imediatamente anterior, assim como não incorpora os aumentos mais recentes de taxas de imposto na RAM;

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou um decréscimo de 54,7%, resultado da contração na venda de veículos novos;

- ◆ *Imposto do Selo (IS)* – a receita acumulada registou um aumento de 26,2%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um acréscimo de aumento 5,0% comparativamente a 2011;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – verifica-se uma quebra de 8,2% face ao ano transato.

O QUADRO seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, para os anos de 2011 e 2012:

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (jan-dezembro)			€ Milhares
	2011	2012	VH (%)
Receita fiscal	666.690,0	651.970,0	-2,2
Impostos Diretos	258.382,6	256.622,1	-0,7
IRS	182.779,3	187.174,9	2,4
IRC	71.799,2	65.351,2	-9,0
Outros	3.804,0	4.096,0	7,7
Impostos Indiretos	408.307,4	395.347,9	-3,2
ISP	63.076,9	57.917,6	-8,2
IVA	266.693,8	256.473,2	-3,8
ISV	10.385,9	4.710,0	-54,7
Imposto de consumo sobre o tabaco	31.407,6	32.974,7	5,0
IABA	6.619,8	6.432,2	-2,8
Outros	30.123,4	36.840,2	22,3
Imposto de Selo	26.573,1	33.543,3	26,2
IUC	2.536,5	2.902,5	14,4
Receita não fiscal	359.776,9	310.578,5	-13,7
Receita efetiva	1.026.466,8	962.548,4	-6,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A receita não fiscal apresenta um decréscimo acentuado, em grande medida influenciado pela diminuição das transferências correntes da Administração Pública, que atingiu os 51,9 milhões de euros. Especificamente, a evolução reflete uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital, assim como a redução das transferências inerentes aos custos de insularidade.
- ◆ Para além das transferências correntes destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das receitas classificadas em “Outras Receitas”, que registaram uma quebra de 88,0%, resultando um diferencial de cerca de 14,0 milhões de euros entre o que foi arrecadado em 2011 e a realização de 2012.
- ◆ Em contraponto, registou-se o aumento de transferências de capital (15,8 milhões de euros), a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios passarem a estar classificadas nas transferências desta natureza.
- ◆ As transferências correntes apresentam uma execução de 201,9 milhões de euros, traduzida na parte dos movimentos externos ao aparelho de arrecadação fiscal regional, dos quais se destacam as provenientes das Administrações Públicas que perfazem a quase totalidade (94%). As transferências desta natureza provenientes do Exterior, nomeadamente da União Europeia não ultrapassam os 1,2 milhões de euros, as quais materializaram uma quebra de 43,9% face ao registado em 2011.

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-dezembro)

€ Milhares

	2011	2012	2012
			Grau de Execução (%)
Receita fiscal	666.690,0	651.970,0	83,1%
Receita não fiscal	359.776,9	310.578,5	78,9%
Correntes	307.618,4	242.403,7	98,5%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	6.308,9	5.333,6	96,6%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	22.070,8	23.282,0	82,9%
Rendimentos da Propriedade	3.195,7	3.995,1	125,0%
Transferências Correntes	255.217,1	201.852,4	99,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.947,7	6.039,7	122,1%
Outras Receitas Correntes	15.878,2	1.901,0	148,6%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	52.158,4	68.174,8	46,3%
Venda de Bens de Investimento	132,5	146,9	110,4%
Transferências de Capital	50.801,4	66.594,7	45,8%
Outras Receitas de Capital	249,1	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	975,5	1.433,2	146,8%
Receita efetiva	1.026.466,8	962.548,4	81,7%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

2.3. Despesa

A despesa efetiva do Governo Regional aumentou 18,8% entre 2011 e 2012, tendo apresentado um grau de execução de 40,6%, menos 22,1 pontos percentuais (p.p.) do que o executado em 2011.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (jan-dezembro)

€ milhares

	2011	2012	2011	2012	VH (%)
			Grau de Execução (%)		2012
Despesa corrente	894.714,9	952.342,2	75,7	62,3	6,4
Despesas com o pessoal	351.539,4	303.727,4	95,2	96,7	-13,6
Remunerações Certas e Permanentes	296.760,0	257.611,1	97,8	98,2	-13,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	10.152,3	2.712,9	83,5	59,3	-73,3
Segurança social	44.627,2	43.403,5	83,1	92,2	-2,7
Aquisição de bens e serviços correntes	101.317,0	170.924,1	47,1	81,5	68,7
Juros e outros encargos	36.289,3	43.331,7	56,5	38,3	19,4
Transferências correntes	364.514,7	400.328,6	80,6	77,6	9,8
Administrações Públicas	305.397,9	345.866,3	79,7	77,9	13,3
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	305.397,9	345.858,5	79,7	77,9	13,2
Administração Local	0,0	7,8	0,0	4,5	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	59.116,8	54.462,3	85,6	76,0	-7,9
Subsídios	22.312,1	14.153,8	61,9	62,1	-36,6
Outras despesas correntes	18.742,4	19.876,7	41,7	5,6	6,1
Despesa corrente primária	858.425,6	909.010,5	76,8	64,2	5,9
Despesa de capital	116.613,5	248.826,5	27,1	17,4	113,4
Investimento	91.357,9	217.946,8	31,7	19,2	138,6
Transferências de capital	25.255,6	30.879,7	21,3	29,6	22,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	1.011.328,4	1.201.168,7	62,8	40,6	18,8
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	6.377,6	253.399,9	51,6	94,2	
Passivos financeiros	43.741,0	78.525,0	100,0	98,9	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2012, comparativamente a 2011, foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Finan-

ceiro (PAEF-RAM);

- ◆ Decréscimo da despesa com pessoal em 13,6%, em grande medida explicado pela diminuição das despesas em Abonos Variáveis e Eventuais (-73,3%) e em Remunerações Certas e Permanentes (-13,2%) – este

último subagrupamento influenciado pelo suprimento dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos nos termos do estabelecido na Lei do OE de 2012. Na mesma linha, as despesas da Segurança Social reduziram 2,7%;

- ◆ Aumento acentuado das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes (68,7%, em termos homólogos), essencialmente em virtude do pagamento de encargos com as SCUTS relativos a 2012, devidamente previstos no PAEF-RAM, sendo este acréscimo justificado pela reduzida execução financeira destes encargos financeiros em 2011;
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (19,4%);
- ◆ Acréscimo das transferências correntes (9,8%), motivadas, fundamentalmente, pelo incremento de dotações destinadas ao pagamento de verbas em atraso no setor da saúde;
- ◆ Decréscimo da despesa com subsídios (-36,6%), justificado pelo efeito de base associado à diminuição progressiva dos encargos com subsídios concedidos;
- ◆ Aumento na rubrica relativa a Outras Despesas Correntes (6,1%).
- ◆ Aumento da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (138,6%).
- ◆ As despesas correntes em 2012 representam 79,3% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 75,7% da mesma. Comparativamente ao período homólogo, quer as despesas correntes, quer as despesas correntes primárias diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva, materializado em

decréscimos de 9,2 p.p. em ambos os casos. Esta circunstância é explicada fundamentalmente pelo pagamento de dívida titularizada, cujos efeitos cristalizam o acréscimo do peso relativo das despesas de capital na despesa efetiva.

○ QUADRO VII expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor.

A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 60,3% do total, seguindo-se as Funções Económicas (29,5%), as Funções Gerais de Soberania (6,6%), e as Outras Funções (3,6%).

Nas funções sociais destacam-se as verbas destinadas à Educação (310,1 milhões de euros) e à Saúde (304,1 milhões de euros). As despesas com a Educação diminuíram cerca de 34,3 milhões de euros, condicionadas pela evolução registada ao nível das despesas com pessoal, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se superior ao ano precedente em 44,8 milhões de euros.

As despesas com as funções económicas aumentaram 90,6% face a 2011, representando um acréscimo de 168,2 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pela variação registada no setor dos Transportes e Comunicações (153,2%), classificação onde estão inseridos os pagamentos relativos às SCUT e onde se encontra enquadrado a quase totalidade da despesa inerente ao pagamento de dívida titularizada realizado em 2012.

As funções gerais de soberania executaram 79,8 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 41,0% face ao registado em 2011, com os Serviços Gerais da Administração Pública,

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (jan-dezembro)

€ milhares

	2011	2012	2012 Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	56.612,2	79.831,9	6,6
Serviços Gerais da Administração Pública	47.371,5	71.732,8	6,0
Defesa Nacional	0,0	0,0	0,0
Segurança e Ordem Públicas	9.240,7	8.099,1	0,7
Funções Sociais	732.709,8	724.084,0	60,3
Educação	344.364,1	310.052,2	25,8
Saúde	259.290,0	304.092,0	25,3
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	91.527,1	78.822,2	6,6
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	37.528,6	31.117,7	2,6
Funções Económicas	185.718,1	353.930,6	29,5
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	39.997,2	38.531,6	3,2
Indústria e Energia	1.587,4	1.780,1	0,1
Transportes e Comunicações	111.417,7	282.159,0	23,5
Comércio e Turismo	24.724,3	20.625,9	1,7
Outras Funções Económicas	7.991,6	10.833,9	0,9
Outras Funções	36.288,3	43.322,2	3,6
Operações da Dívida Pública	36.288,3	43.322,2	3,6
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	1.011.328,4	1.201.168,7	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	6.377,6	253.399,9	21,1
Funções Gerais de Soberania	1.130,0	234.386,1	19,5
Funções Sociais	175,0	3.420,8	0,3
Funções Económicas	5.072,6	15.593,0	1,3
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	43.741,0	78.525,0	6,5
Outras Funções	43.741,0	78.525,0	6,5
Operações extraorçamentais	168.899,4	193.650,2	16,1
Funções Gerais de Soberania	133.877,7	162.024,7	13,5
Funções Sociais	22.045,4	19.272,4	1,6
Funções Económicas	12.976,4	12.353,1	1,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

que apresentam um acréscimo de 51,4%, a condicionarem a evolução registada.

Em outras funções, os 43,3 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública - representando um acréscimo de 19,4% face a 2011.

No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional

da Educação e dos Recursos Humanos com 316,4 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 75,3% dizem respeito às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 315,9 milhões de euros, motivado pelo elevado volume registado nas transferências correntes para a área da saúde. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 1,2 milhões de euros, afetos, na sua quase totalidade, a despesas com o pessoal (914,2 mil euros). As transferências para a

Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, em 2012, a 13,4 milhões de euros.

Atenda-se que a estrutura departamental aqui apresentada resulta da nova estrutura orgânica decorrente do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M de 14 de Novembro, que reestrutu-

rou os agrupamentos então designados por Secretaria Regional dos Recursos Humanos e Secretaria Regional do Equipamento Social.

O QUADRO VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (jan-dezembro)

€ milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	13.422,5	1.188,7	32.215,6	199.817,8	46.938,7	34.459,6	314.455,9	309.843,5	952.342,2
Despesas com o pessoal	0,0	914,2	16.434,6	14.052,0	25.213,6	7.857,8	2.017,4	237.237,8	303.727,4
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	784,5	13.857,8	11.255,9	21.251,0	6.778,6	1.760,2	201.923,0	257.611,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	26,1	457,3	343,0	598,6	51,5	15,4	1.220,9	2.712,9
Segurança social	0,00	103,6	2.119,4	2.453,1	3.363,9	1.027,7	241,8	34.093,9	43.403,5
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	274,5	12.532,3	120.752,9	6.477,9	10.623,2	1.408,7	18.854,6	170.924,1
Aquisição de bens	0,00	49,9	1.244,6	404,3	657,3	1.646,4	6,2	6.904,2	10.912,8
Aquisição de serviços	0,00	224,6	11.287,7	120.348,6	5.820,6	8.976,8	1.402,6	11.950,3	160.011,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	43.322,2	0,0	0,0	0,0	9,5	43.331,7
Transferências correntes	13.422,5	0,0	2.766,0	2.397,1	12.335,4	4.668,8	311.029,8	53.709,0	400.328,6
Administrações Públicas	13.422,5	0,0	2.454,8	1.848,0	4.930,2	307,0	308.512,0	14.391,9	345.866,3
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	13.422,5	0,0	2.454,8	1.848,0	4.930,2	299,2	308.512,0	14.391,9	345.858,5
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0	0,0	7,8
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	311,2	549,2	7.405,1	4.361,8	2.517,8	39.317,2	54.462,3
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	2.867,1	11.284,1	0,0	2,7	14.153,8
Outras despesas correntes	0,0	0,0	482,7	19.293,6	44,8	25,7	0,0	29,9	19.876,7
Despesa de capital	0,0	0,0	215.597,3	16.096,4	6.573,7	2.535,4	1.491,9	6.531,8	248.826,5
Investimento	0,0	0,0	212.792,3	3.859,5	1.188,9	35,4	0,0	70,6	217.946,8
Transferências de capital	0,0	0,0	2.805,0	12.236,9	5.384,8	2.500,0	1.491,9	6.461,2	30.879,7
Administrações Públicas	0,0	0,0	2.630,9	8.825,1	3.596,5	0,0	957,8	42,8	16.053,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.379,5	0,0	0,0	0,0	1.379,5
Administração Regional	0,0	0,0	2.630,9	5.209,9	2.217,0	0,0	957,8	42,8	11.058,3
Administração Local	0,0	0,0	0,0	3.615,2	0,0	0,0	0,0	0,0	3.615,2
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	174,1	3.411,8	1.788,3	2.500,0	534,1	6.418,4	14.826,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	13.422,5	1.188,7	247.812,9	215.914,2	53.512,4	36.995,0	315.947,8	316.375,2	1.201.168,7
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	15.593,0	234.386,1	0,0	0,0	3.420,8	0,0	253.399,9
Passivos financeiros		0,0	0,0	78.525,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78.525,0
Operações extraorçamentais	39,6	0,0	783,5	159.091,2	10.975,4	55,3	3.970,0	18.735,2	193.650,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental.

O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação de 2012, situou-se em -18,9 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (9,0 milhões de euros) e de Juros e outros encargos (14,8 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 41,4 milhões de euros

e devido à execução evidenciada ao nível da aquisição de bens e serviços de capital – que totalizou 23,9 milhões de euros – o correspondente a 99,9% das despesas de capital realizadas em 2012. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 32,0 milhões de euros, enquanto que a componente de capital fixou-se nos 14,4 milhões de euros.

Verifica-se um agravamento de 7,4 milhões de euros face ao registado até ao mês anterior, conforme revela o QUADRO seguinte :

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		
	€ Milhares	
	novembro	dezembro
Empresas Públicas Reclassificadas	-11.555,4	-18.939,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 2,8 milhões de euros. Este resultado é justificado, sobretudo, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), as quais tiveram um impacto de 97,0% nas receitas correntes. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante das

receitas realizadas em 2012 (70,1%). Já as transferências provenientes da APR constituem um peso de 29,8% das receitas de capital arrecadadas. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes, da aquisição de bens e serviços correntes e das despesas com o pessoal, que representaram 86,7% da despesa efetiva.

O QUADRO X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (jan-dezembro)

	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Saldo global	2.841,5	-18.939,6	-16.098,0
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	403.651,8	50.591,9	454.243,7
Saldo primário	9.594,6	-4.175,0	5.419,5
Saldo corrente	3.306,1	-9.360,5	-6.054,4
Saldo de capital	-464,6	-9.579,1	-10.043,6
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	515,6	0,0	515,6
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	234.394,6	234.394,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O saldo global (SFA+EPR) de 2012, totalizou -16,1 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelas EPR, que atingiu -18,9 milhões de euros, o qual foi apenas parcialmente anulado pelo saldo global evidenciado pelos Serviços e Fundos Autónomos - que ascendeu a 2,8 milhões de euros. Os saldos corrente e de capital ascenderam, respetivamente, a -6,1 milhões de euros e a -10,0 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 454,2 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 5,4 milhões de euros.

Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de dezembro, dos SFA e das EPR, ascende a -10,7 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido -5,7 milhões de euros e o de

capital -5,0 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 64,4 milhões de euros e o saldo primário nos -7,5 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (jan-dezembro)

€ milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	374.631,1	32.031,5	406.662,6
Impostos diretos	1.257,4	0,0	1.257,4
Impostos indiretos	146,6	0,0	146,6
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4.283,5	6,4	4.289,9
Transferências Correntes	363.410,7	856,8	364.267,5
União Europeia	14.249,3	334,0	14.583,4
Outras transferências	349.161,4	522,8	349.684,2
Venda de bens e serviços correntes	4.182,7	4.415,5	8.598,2
Outras Receitas Correntes	1.350,2	26.752,8	28.103,0
Receita de capital	38.615,3	14.385,3	53.000,6
Venda de bens de investimento	2,9	0,0	2,9
Transferências de capital	38.568,8	14.381,9	52.950,6
União Europeia	27.051,2	7.793,5	34.844,7
Outras transferências	11.517,6	6.588,4	18.106,0
Outras Receitas de Capital	15,0	3,5	18,5
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	28,5	0,0	28,5
Saldo da Gerência Anterior	24.284,1	31.630,1	55.914,1
Receita efetiva	413.246,4	46.416,8	459.663,2
Despesa corrente	371.325,1	41.392,0	412.717,0
Despesas com o pessoal	29.113,8	9.017,8	38.131,6
Aquisição de bens e serviços	89.982,1	7.460,1	97.442,2
Juros e outros encargos	6.753,0	14.764,5	21.517,6
Transferências correntes	236.637,4	7.223,9	243.861,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	382,6	0,0	382,6
Outras transferências	236.254,8	7.223,9	243.478,6
Subsídios	8.300,1	0,0	8.300,1
Outras despesas correntes	538,6	2.925,7	3.464,2
Despesa de capital	39.079,8	23.964,4	63.044,2
Investimento	15.084,1	23.947,9	39.032,0
Transferências de capital	23.995,8	16,5	24.012,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	410.404,9	65.356,4	475.761,3
Ativos financeiros	4.216,9	0,0	4.216,9
Passivos financeiros	0,0	212.368,6	212.368,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	164.607,7	3.144,9	167.752,6
Saldo global	2.841,5	-18.939,6	-16.098,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

	dezembro 2012	
	SFA	EPR
	execução mensal	execução mensal
Receita corrente	43.227,9	2.914,6
Impostos diretos	140,2	0,0
Impostos indiretos	2,3	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	43.085,3	2.914,6
Transferências correntes	42.603,2	474,9
Receita de capital	5.350,5	5.428,4
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	5.347,0	5.428,4
Receita efetiva	48.578,4	8.342,9
Despesa corrente	46.039,1	5.802,7
Consumo público	13.285,8	2.382,5
Despesas com o pessoal	2.660,7	784,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	10.625,1	1.597,9
Subsídios	1.895,8	0,0
Juros e outros encargos	430,1	2.821,4
Transferências correntes	30.427,5	598,7
Despesa de capital	5.864,1	9.924,4
Investimento	2.410,9	9.924,4
Transferências de capital	3.453,3	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	51.903,3	15.727,1
Saldo global	-3.324,9	-7.384,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XIII apresenta os saldos mensais e acumulados dos subsetores do Governo

Regional, SFA, e EPR - em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	dezembro 2012	jan - dezembro 2012	dezembro 2012	jan - dezembro 2012
	Saldo global	-114.841,5	-228.736,4	-127.516,9
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	70.266,3	-54.208,5	67.191,5	-64.023,0
Despesa corrente primária	96.579,5	927.261,5	99.560,8	953.889,0
Saldo corrente primário	77.200,4	-4.123,8	76.947,0	826,2
Saldo de capital	-185.107,8	-174.527,9	-194.708,3	-190.695,4
Despesa primária	296.398,8	1.202.424,5	309.304,5	1.253.016,4
Saldo primário	-107.907,4	-178.651,7	-117.761,4	-189.869,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

O saldo corrente (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a -54,2 milhões de euros, tendo sido, contudo, positivamente influenciado pelo resultado do próprio mês (70,3 milhões de euros). O saldo de capital, por contra-ponto, apresenta uma posição negativa quer em termos acumulados (-174,5 milhões de euros) quer em termos mensais (-185,1 milhões de euros).

Por outro lado, a informação relativa ao

saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a -107,9 milhões de euros em dezembro, enquanto que em termos acumulados as despesas líquidas dos juros e outros encargos excediam as receitas em 178,7 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	dezembro 2012	jan -dezembro 2012	dezembro 2012	jan - dezembro 2012
Receita corrente	173.779,9	923.137,7	176.507,8	954.715,2
Impostos diretos	59.666,0	257.879,5	59.666,0	257.879,5
Impostos indiretos	44.145,0	395.494,5	44.145,0	395.494,5
Contribuições de Segurança Social	555,6	5.333,6	555,6	5.333,6
Outras receitas correntes	69.413,3	264.430,1	72.141,2	296.007,6
Transferências correntes	62.409,0	219.396,1	62.697,2	219.798,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60.942,4	203.351,8	60.942,4	203.420,5
Receita de capital	14.711,5	100.635,1	15.035,4	108.432,1
Venda de bens de investimento	0,0	149,8	0,0	149,8
Transferências capital	14.277,6	99.008,5	14.601,4	106.802,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.407,2	55.865,7	4.407,2	55.865,7
Receita efetiva	188.491,4	1.023.772,8	191.543,1	1.063.147,3
Despesa corrente	103.513,6	977.346,2	109.316,3	1.018.738,2
Consumo público	53.080,6	614.162,6	55.463,1	633.566,2
Despesas com o pessoal	29.638,8	332.841,2	30.423,4	341.859,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	23.441,9	281.321,5	25.039,8	291.707,2
Subsídios	5.268,3	22.454,0	5.268,3	22.454,0
Juros e outros encargos	6.934,1	50.084,7	9.755,5	64.849,2
Transferências correntes	38.230,6	290.644,9	38.829,3	297.868,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	51,4	390,4	51,4	390,4
Despesa de capital	199.819,3	275.163,0	209.743,7	299.127,4
Investimento	189.501,1	233.030,8	199.425,5	256.978,8
Transferências de capital	10.318,2	42.132,2	10.318,2	42.148,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	357,0	5.475,2	357,0	5.475,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	303.332,9	1.252.509,2	319.060,0	1.317.865,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada em 2012 foi de 954,7 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 1.018,7 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita

atingiu os 108,4 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 299,1 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 1.063,1 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 1.317,9 milhões de euros.

◆ 4. Dívida não financeira da Administração Regional

O Passivo da Administração Pública Regional diminuiu 159,3 milhões de euros, comparando com o valor existente em 31.12.2011. Comparando com o mesmo período, as Contas a Pagar diminuíram 202,0 milhões de euros e os Pagamentos em Atraso diminuíram 177,9 milhões de euros.

A diminuição do Passivo é explicada, essencialmente, pelo subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (-136,1 milhões de euros) e pelo subsector do Governo Regional (-28,2 milhões de euros) denotando o esforço de contenção na realização das despesas por parte dos serviços da APR.

O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de 2012 ascendeu a 2.513,6 milhões de euros, dos quais, 77,1%

são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 20,3% do montante do Passivo verificado.

Os Pagamentos em Atraso apurados para o conjunto do ano de 2012, correspondem a 943,9 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (82,4%) e aos SFA (12,4%).

Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 42,6% do total do Passivo e 50,2% dos pagamentos em atraso;

Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Total	dezembro de 2012			Variação janeiro a dezembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.326.735,15	892.340,28	453.682,19	0,35%	-3,64%	-36,59%
Despesas com Pessoal	2.943,18	1.997,47	79,49	19,44%	-6,01%	384,51%
Aquisições de Bens e Serviços	424.747,02	423.746,34	356.821,30	-3,43%	-3,64%	-3,44%
Juros e outros encargos	501.446,60	93.696,96	81.954,80	15,13%	7,05%	20,33%
Transferências Correntes	356.401,44	345.590,80	13.644,67	-8,54%	-8,84%	-94,94%
Subsídios	40.119,29	26.257,29	133,66	-21,58%	85,75%	-98,12%
Outras Despesas Correntes	1.077,61	1.051,42	1.048,26	-68,41%	-69,18%	4,00%
Despesas de Capital	1.186.896,09	1.116.772,91	490.210,11	-12,13%	-13,09%	20,67%
Aquisições de Bens de Capital	1.069.623,73	1.068.390,14	473.624,23	-14,40%	-14,43%	23,69%
Transferências de Capital	117.272,36	48.382,76	16.585,88	15,79%	32,67%	-28,88%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.513.631,24	2.009.113,18	943.892,30	-5,96%	-9,13%	-15,86%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Governo Regional	Dezembro de 2012			Variação janeiro a dezembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	784.112,26	351.411,06	315.534,40	7,65%	1,50%	16,41%
Despesas de Capital	1.155.080,36	1.086.126,43	462.053,03	-6,77%	-12,34%	22,99%
Total	1.939.192,62	1.437.537,49	777.587,43	-1,43%	-9,32%	20,23%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Serviços e Fundos Autónomos	Dezembro de 2012			Variação janeiro a dezembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	509.258,45	508.765,36	116.953,54	-10,98%	-9,38%	-72,90%
Despesas de Capital	1.679,32	515,12	458,57	-97,76%	-94,94%	-91,62%
Total	510.937,77	509.280,48	117.412,11	-21,04%	-10,91%	-73,13%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Empresas Públicas Reclassificadas	Dezembro de 2012			Variação janeiro a dezembro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	33.364,43	32.163,85	21.194,26	53,63%	74,90%	63,74%
Despesas de Capital	30.136,41	30.131,36	27.698,51	-18,07%	-15,87%	10,41%
Total	63.500,84	62.295,21	48.892,76	8,55%	14,92%	28,56%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

QUADRO A	Ano económico de 2012 - Metas do PAEF e execução do Saldo Global da APR	6
QUADRO B	Ano económico de 2012 - Execução orçamental da Administração Pública Regional	6
QUADRO I	Execução orçamental consolidada (janeiro-dezembro)	7
QUADRO II	Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a dezembro)	8
QUADRO III	Execução Orçamental do Governo Regional (dezembro)	9
QUADRO IV	Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-dezembro)	11
QUADRO V	Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-dezembro)	12
QUADRO VI	Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-dezembro)	13
QUADRO VII	Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-dezembro)	15
QUADRO VIII	Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-dezembro)	16
QUADRO IX	Saldo Global do Subsetor - EPR	17
QUADRO X	Execução orçamental dos SFA e EPR (janeiro-dezembro)	18
QUADRO XI	Execução orçamental dos SFA e EPR (janeiro-dezembro)	19
QUADRO XII	Execução orçamental dos SFA e EPR (dezembro)	20
QUADRO XIII	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	20
QUADRO XIV	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	21
QUADRO XV	Contas a pagar, da Administração Regional, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados)	23
QUADRO XVI	Contas a pagar, do Governo Regional, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados)	24
QUADRO XVII	Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados)	24
QUADRO XVIII	Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de dezembro de 2012 (valores acumulados)	24

